



PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

Governo prepara corte de benefícios fiscais e da despesa para não subir impostos

RAQUEL MARTINS 07/03/2010 - 08:53



Contas do Governo vão estar sob os holofotes de Bruxelas MIGUEL MANSO

A consolidação da economia portuguesa será feita à custa da redução da despesa e não passará pelo aumento de impostos nos próximos três anos. A garantia foi dada ontem pelo secretário de Estado da Presidência, João Tiago Silveira, no final do Conselho

de Ministros extraordinário que aprovou o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o período entre 2010 e 2013.

"Este plano tem dois aspectos essenciais. É caracterizado em primeiro lugar pela estabilidade fiscal e em segundo lugar pela redução da despesa pública", afirmou à Lusa.

Embora o PEC exclua o aumento da carga fiscal, isso não significa que não haverá alterações no sistema fiscal, apurou o PÚBLICO. Para conseguir aumentar as suas receitas, o Governo deverá reduzir os benefícios fiscais dados às famílias e às empresas e fazer outros ajustamentos que permitam tornar o sistema mais equitativo e compensar a esperada redução nas prestações sociais. Além disso, espera-se que a recuperação da economia possa conduzir a um aumento das receitas fiscais, muito penalizadas pela quebra da actividade no último ano.

O Governo não divulgou o conteúdo do documento aprovado ontem, mas depreende-se das palavras do secretário de Estado que o esforço de consolidação que permitirá reduzir o défice dos actuais 9,3 por cento para os três por cento em 2013, será feito, sobretudo, à custa da redução da despesa.

A contenção dos salários dos funcionários públicos, o forte controlo de novas admissões, a redução do investimento e o corte nas despesas sociais são algumas das medidas que o Governo vai accionar e que espera possam tranquilizar a Comissão Europeia, os investidores e as agências que avaliam os níveis de risco da dívida pública portuguesa.

Propostas concretas

Portugal será dos últimos países da Zona Euro a apresentar o seu programa de consolidação a Bruxelas. Antes, o PEC ainda tem um longo caminho a percorrer. Depois de ser apresentado aos partidos e aos parceiros sociais esta segunda-feira, o documento será discutido na Assembleia da República no próximo dia 25 de Março. Só depois será enviado para a Comissão Europeia, que vai

avaliar se as medidas são ou não suficientes para o país voltar a colocar o défice na rota certa. Os partidos da oposição aguardam com expectativa o encontro com o primeiro-ministro.

O PSD, o primeiro partido da oposição que na segunda-feira será recebido em São Bento, garantiu, pela voz do líder parlamentar José Pedro Aguiar Branco, que irá tomar uma posição responsável e de acordo com os "interesses nacionais", tal como fez no Orçamento do Estado para 2010. Francisco Louçã, líder do Bloco de Esquerda, quer discutir medidas concretas e garante que não vai ao encontro apenas para ser "consultado". O PCP deixou um recado a José Sócrates: "Não contem com este partido para pôr o povo a pagar a crise e ser conivente com a imposição de novos e mais duros sacrifícios aos mesmos de sempre".

COMENTÁRIOS

Os comentários a este artigo estão fechados. **Saiba porquê.**